



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Alagoas

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
ALAGOAS  
POLO SÃO JOSÉ DA LAJE  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**ALLINE NATALY BALBINO OLIVEIRA DA SILVA**

**DO ENSINO PRESENCIAL A ABRUPTIDÃO DO ENSINO REMOTO  
EMERGENCIAL (ERE) NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**SÃO JOSÉ DA LAJE, AL  
2021**

ALLINE NATALY BALBINO OLIVEIRA DA SILVA

DO ENSINO PRESENCIAL A ABRUPTIDÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL  
(ERE) NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Artigo científico apresentado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Especialização em Docência do Ensino Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Polo São José da Laje, como requisito parcial para obtenção de grau de Especialista em Docência na Educação Profissional.

Orientador: Prof. Me. Ricardo Santos de Almeida

SÃO JOSÉ DA LAJE, AL  
2021



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
*Campus Murici*  
**Biblioteca Professor Cícero Vieira de Araújo**

S586e

Silva, Aline Nataly Balbino Oliveira da.

Do ensino presencial a abruptidão do ensino remoto emergencial (ERE) no contexto da educação profissional e tecnológica/ Aline Nataly Balbino Oliveira da Silva . — 2021.

20 f. : il., color.

Orientação: Prof. Me. Ricardo Santos de Almeida.

Artigo científico (Pós-graduação em Especialização em Docência do Ensino Profissional) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Polo São José da Laje, São José da Laje, 2021.

1. Educação. 2. Saber fazer docencia. 3. Ensino Remoto Emergencial (ERE). I. Título.  
II. Silva, Aline Nataly Balbino Oliveira da.

CDD: 370

**Lucicláudia Silva dos Santos**  
**Bibliotecária — CRB-4/2115**

ALLINE NATALY BALBINO OLIVEIRA DA SILVA

DO ENSINO PRESENCIAL A ABRUPTIDÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL  
(ERE) NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Artigo científico apresentado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Especialização em Docência do Ensino Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Polo São José da Laje, como requisito parcial para obtenção de grau de Especialista em Docência na Educação Profissional.


Orientador: Prof. Me. Ricardo Santos de Almeida

Aprovado em: 19/11/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Ricardo Santos de Almeida (Orientador)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL



Profª. Ma. Monikely de Oliveira Silva Paiva (1º Membro)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL



Prof. Dr. Alyson Fernando Alves Ribeiro (2º Membro)  
Universidade de São Paulo – USP

**DO ENSINO PRESENCIAL A ABRUPTIDÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**ON PRESENTIAL EDUCATION THE ABRUPTNESS OF EMERGENCY REMOTE EDUCATION (ERE) IN THE CONTEXT OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION**

**Alline Nataly Balbino Oliveira da Silva<sup>1</sup>**  
**Ricardo Santos de Almeida<sup>2</sup>**

**RESUMO**

Em decorrência da Pandemia COVID-19, causada por uma mutação do vírus SARS-CoV, em meados de dezembro de 2019, o governo chinês anunciou a rápida proliferação e sua alta capacidade de mortandade. Este processo obrigou uma remodelação no padrão das relações pessoais e educacionais em todo o mundo. Como forma de minimizar a proliferação deste vírus, que se relaciona com síndromes respiratórias graves, necessitou-se o fechamento de ambientes educacionais, exigindo uma alteração, de forma emergencial, nos moldes de ensino, realizando adequações nas metodologias e práticas pedagógicas características do ensino presencial, utilizando-se da massificação do uso das tecnologias para comunicação que tem se acentuado dentro dos moldes sociais. Logo, este estudo objetiva-se a compreender a dinâmica vivida por professores, atuantes no estado de Alagoas em 2020, quanto às capacitações, dificuldades e visões futuras para a realidade vivida dentro de novos modelos educacionais.

**Palavras-chave:** Educação. Saber fazer docente. Ensino Remoto Emergencial (ERE).

**ABSTRACT**

As a result of the COVID-19 pandemic, caused by a mutation of the SARS-CoV virus, in mid-December 2019, the Chinese government announced the rapid proliferation and its high killing capacity. This process forced a reshaping of the pattern of personal and educational relationships around the world. As a way to minimize the proliferation of this virus, which is related to severe respiratory syndromes, it was necessary to close educational environments, requiring an emergency change in teaching patterns, making adjustments in the methodologies and pedagogical practices characteristic of face-to-face teaching, making use of the mass use of technologies for communication that has increased within social patterns. Therefore, this study aims to understand the dynamics experienced by teachers, working in the state of Alagoas in 2020, in terms of training, difficulties and future visions for the reality experienced within new educational models.

**Keywords:** Education. Knowing how to do teaching. Emergency Remote Education (ERE).

**Data de Submissão:** 29/10/2021.

**Data de aprovação:** 19/11/2021.

---

<sup>1</sup>Engenheira Civil, Especialista em Gerenciamento de Obras Cívicas. CREA 0216161010. E-mail: a.balbino@live.com.

<sup>2</sup>Orientador. Mestre em Geografia. E-mail: ricardo.santos@ifal.edu.br.

## 1 INTRODUÇÃO

A massificação do uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), que são ferramentas que auxiliam o processo de transmissão de dados, tem acentuado mudanças de conduta, costumes, consumo nas relações entre indivíduos e nas formas como eles se comunicam. Neste sentido, Andrade e Silva (2008) afirmam que este processo recria um modelo de sociedade, impulsionando novos processos de comunicação e de novos cenários para a relação de ensino e aprendizagem digital. Devido ao cenário pandêmico instaurado mundialmente, em meados de fevereiro de 2020 e que se perpetua pelos dias atuais, com a proliferação do vírus COVID-19, foi-se necessária uma alteração rápida e emergencial, de forma obrigatória, na realidade do ensino em todas as instituições.

A necessidade do fechamento dos ambientes educacionais, como forma de minimizar a proliferação do vírus, exigiu uma mudança repentina nos padrões de aprendizagem, transferindo metodologias e práticas pedagógicas características do Ensino Presencial para a realização das atividades educacionais no Ensino Remoto Emergencial (ERE).

O estudo quali-quantitativo justifica-se pela relevância social, tecnológica e de responsabilidade acadêmica, e, busca contribuir para a melhoria da qualidade do ensino nos novos moldes de ensino, o qual vem enfrentando inúmeros processos de remodelação de maneira não programada e linear, onde todos são atingidos por um processo, simultâneo, de ensino e aprendizagem, necessitando de uma suplementação da qualificação do profissional de ensino na utilização de tecnologias e desenvolvendo uma relação entre ensino e aprendizagem, para a criação de um espaço dinâmico de ensino, entre os atores envolvidos: professores e alunos inseridos em um sistema educacional que não se preparou para adversidades como a neste estudo analisada.

A falta de preparo e a abruptidão exigida pela emergência a qual se existe, para o ensino remoto, esbarrava em uma grande adversidade: a falta de planejamento, porque do dia para a noite os planejamentos pedagógicos (anuais, semestrais, de auxílio) precisaram ser engavetados. As rápidas alterações requeridas para uma adaptação emergencial da realidade educacional vivida por todos os setores, incluindo os da comunidade acadêmica, exigiu uma adaptação ao uso das tecnologias por professores com experiências na docência presencial para que não exista a redução dos índices de qualidade e aprendizagem dos alunos diante dos novos desafios da educação.

Segundo Silva (2020) o currículo, no que trata da educação profissional e tecnológica, ganha novos desafios, que já possui sua história marcada por dicotomias sobre o fazer e o sobre o pensar, onde o acesso ao “pensar” fora destinada apenas as classes elitistas e o “fazer” às classes trabalhadoras. Com a criação dos Institutos Federais, com a Lei nº 11.989, de 29 de dezembro de 2008, foi oportunizado o acesso ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, além de cursos concomitantes ou subsequentes ao Ensino Médio, como também cursos de graduação por todas as classes, seja trabalhadora ou elitista.

Como forma de identificar dificuldades e limitações, foi realizado um mapeamento da identidade profissional, buscando entender as dinâmicas dos professores quanto à mediação de práticas educativas não presenciais, a remodelação e/ou ressignificação dos modelos tradicionais das atividades e o trabalho dos processos de acompanhamento, orientação, motivação e avaliação dos alunos no desenvolvimento das atividades atuando como mediador à manutenção de um ambiente tecnológico com interface impessoal.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados de pesquisa é o processo para o levantamento de informações para comprovar aspectos da problemática levantada. Para a realização da pesquisa, foi realizado,

inicialmente, um levantamento bibliográfico da problemática, dos objetivos e do desenvolvimento do referencial teórico, seguindo uma abordagem quali-quantitativa, pois considera os números coletados, sem desconsiderar a existência de um aprofundamento do contato com os pesquisados, e com natureza interpretativa, no significado e no sentido de remodelação do ensino, analisando o comportamento dos docentes em relação ao uso das tecnologias dentro da sala de aula.

Diante das dificuldades vividas durante a realização da pesquisa, por se tratar de um período pandêmico, buscando dar celeridade no contato com o público-alvo e também na obtenção de resposta, o instrumento selecionado foi a aplicação de um questionário integralmente na forma digital utilizando-se do *Google Forms* com uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para identificar o comportamento dos docentes em relação às dificuldades no uso de tecnologias dentro da sala de aula, utilizando como metodologia os princípios da pesquisa-ação, na qual o sujeito-pesquisador participa diretamente das reflexões em torno do trabalho e, sempre que necessário, propõe alterações visando sua melhoria.

Para definir o número de participantes foi usado a técnica de amostragem não probabilística e não aleatória por se tratar da dificuldade em ter contato e acesso a pessoas com o perfil do público-alvo da pesquisa e por necessitar de baixo custo de investimento para que aconteça. Assim, com o resultado da pesquisa não é possível generalizar uma população, por este tipo de amostragem não garantir a representação integral da população.

### **3 ERE: COMPREENDENDO O CONTEXTO EM ANÁLISE**

O processo de globalização, a evolução das tecnologias e a conscientização mundial têm provocado mudanças na estruturação dos modelos sociais, gerando a criação e/ou modificações de paradigmas, processos comunicacionais, processos educativos, dentre outros. A globalização impulsionou a revolução tecnológica vivenciada na transição do século XX para o século XXI, que além da modernização nos meios de comunicação e produção, possibilitou a criação de mais um espaço social, sem a dinâmica físico-temporal, que fomentou a formação de novas dinâmicas de interação em meio ao aprofundamento das desigualdades de acesso às mesmas.

Diante do surgimento de uma nova variação do Corona vírus, que apresenta elevado potencial danoso aos seres humanos por possuir elevado nível de contágio e mortandade, comunicada pelas autoridades chinesas, no final do ano de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) prontamente recomendou medidas para serem adotadas pela comunidade internacional como forma de conter a disseminação viral.

Uma das ações recomendadas como forma de minimizar a proliferação deste vírus, foi o isolamento em caso de possível contaminação, a realização de exames e testes massificados, e o distanciamento social. Por conta da epidemia da “gripe A”, causada pelo vírus H1N1, que aconteceu em 2009, foi emitido o Parecer nº 19/2009, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com orientações às instituições de ensino sobre o cumprimento do calendário escolar com interferências por situações de saúde pública (BRASIL, 2009), juntamente com a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, fomentaram as primeiras discussões sobre os procedimentos educacionais no contexto pandemia COVID-19. Como os eventos de pandemia são conhecidos por se estender por muito tempo, com a COVID-19 não ocorreu de forma diferente, obrigando a sociedade a se organizar em seus diversos aspectos, inclusive em relação ao sistema educacional (MÉDICI, TATTO; LEÃO, 2020).

Em atendimento às recomendações da OMS, quanto aos cuidados para o controle da disseminação do vírus COVID-19, resultaram na suspensão das atividades letivas presenciais,

atingindo cerca de 1,6 bilhão de alunos, 94% da população estudantil mundial, em mais de 190 países, onde no auge da crise, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO (UNESCO, 2020).

Países da União Europeia atuam de maneiras diversas como forma de reduzir os impactos causados pela pandemia, enquanto diversas instituições de ensino fecharam as portas, outras alteraram o calendário acadêmico, como no caso da Alemanha (GUSO *et al.*, 2020). No Reino Unido e Austrália, as escolas permaneceram abertas, apenas para as pessoas que estivessem diretamente ligados aos trabalhadores essenciais e em situação de vulnerabilidade social; na China, foi ampliado o acesso à internet e a oferta das disciplinas e cursos em plataformas digitais (GUSO *et al.*, 2020).

Imagem 1 – Legislações pertinentes de acordo com vigência

### **PORTARIA Nº 343/2020**

Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Corona Vírus - COVID-19.

### **PORTARIA Nº 544/2020**

Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo corona vírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.

### **PORTARIA Nº 1.030/2020**

Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.

Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2021)

Para atender a Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu Art. 205, que garante a educação como direito de todos e dever do Estado, que deve promover e incentivar com a colaboração da sociedade, buscando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, buscou-se criar alternativas para dar continuidade às atividades acadêmicas.

A Portaria nº 343/2020, que altera as portarias nº 345/2020 e 395/2020, e a Medida Provisória nº 934/2020 que autorizam a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais, utilizando meios e tecnologias de informação e comunicação, ocorrendo, também, a possibilidade da flexibilização dos dias letivos, desde que mantida a carga horária dos cursos. Esta portaria foi revogada pela Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, que também foi revogada pela Portaria nº 1.030, de 02 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais

para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.

Com a suspensão das atividades letivas presenciais e como forma para minimizar os efeitos negativos do desenvolvimento educacional e atender às disposições da Constituição Federal, obrigou alunos e professores transitarem do ensino presencial para o Ensino não-presencial, adaptando metodologias e práticas pedagógicas, para atender ao modelo de ensino designado como Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Apesar da sua utilização como modelo de ensino, o ERE não é regulamentado nas escrituras da literatura educacional e não faz parte da carta magna da educação, uma vez que, ele foi criado como alternativa para manutenção do processo ensino-aprendizagem dentro da realidade do período pandêmico da COVID-19. O ERE, necessita de um parecer jurídico próprio, neste caso as portarias e os decretos, sendo do MEC, CNE, secretarias municipais e estaduais, e que podem estar em consonância ou divergir entre elas.

Diante das necessidades surgidas no momento e para o atendimento das demandas, em curto ou médio prazo, medidas excepcionais, como a criação desta modalidade de ensino foi criada, como Saviani (2020) afirma:

O advento da pandemia do Corona vírus provocou a necessidade de isolamento social com a recomendação da permanência em casa. Em consequência, no início do período foram fechados e as aulas suspensas. Surgiu, então, a proposta do “ensino remoto” vem sendo usada como alternativa a Educação à Distância, pois a EaD já tem existência regulamentada coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta oferecida regularmente. Então, o “ensino remoto” é posto como substituto do ensino presencial excepcionalmente nesse período da pandemia em que a educação presencial se encontra interdita (SAVIANI, 2020, p. 5).

Quando se fala em ensino não presencial, pensa-se logo na modalidade de ensino mais disseminada, que é o Ensino à Distância (EaD). A início, houve uma confusão quanto a divisão das modalidades de ensino por toda a comunidade escolar: diretores, gestores, Secretarias de Educação, professores, pais e alunos, que julgavam estarem vivenciando a Educação à Distância, ao invés do ERE, os quais possuem ações, diretrizes e orientações. O professor José Manuel Moran (2012), define EaD como o processo de ensino, intercedido por computadores, no qual professores e estudantes estão fisicamente separados, mas interligados por tecnologias digitais de comunicação e informação (TDIC).

Além do ERE e EaD, o modelo de ensino híbrido, que admite a combinação das interações de ensino dentro e fora do espaço físico escolar, possibilitando a realização do ensino nos modelos presenciais e a distância, utilizando a tecnologia como grande aliada. Como definida por seus criadores, Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015), o ensino híbrido deve ser visto como um programa de educação formal, onde permite os alunos terem algum tipo de domínio sobre alguns aspectos, como o ritmo de estudos, o lugar, o tempo, somando-se as demandas do ensino presencial.

Quadro 01 - Diferenciação entre as modalidades de ensino

<b>Ensino Remoto Emergencial - ERE</b>	<b>Ensino à Distância - EaD</b>	<b>Ensino Híbrido</b>
Combina elementos da EaD, com a virtualização das salas de aulas, mas mantém o encontro síncrono respeitando horários pré-definido para a realização desses momentos como acontece no ensino presencial.	O professor José Manuel Moran (2012), define EaD como o processo de ensino, intercedido por computadores, no qual professores e estudantes estão fisicamente separados, mas interligados por tecnologias de comunicação e informação (TIC).	Admite a combinação das interações de ensino dentro e fora do espaço físico escolar, possibilitando a realização do ensino nos modelos presenciais e a distância, utilizando a tecnologia como grande aliada

Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2021)

Por necessitarem de uma estrutura mais elaborada ou encontros presenciais, o modelo ERE apesar de suas deficiências por ser algo emergencial foi regulamentado para atender as demandas de forma mais rápida e menos onerosa para os envolvidos, alunos, escolas e Governo.

O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, dispõe:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Diferente do Ensino à Distância, onde se prevê o desenvolvimento das atividades educativas, realizadas por estudantes e professores, ocorre em tempos diversos, o ERE continua com o princípio das atividades presenciais, quanto à realização das aulas, que ocorrem em momento síncrono, ou seja, aulas ao vivo acontecendo no mesmo dia e horário que seriam as aulas presenciais, com a utilização de recursos digitais.

Ao contrário do planejamento para a implantação do EaD nas instituições de ensino, o contexto pandêmico, a forma como se foi adequada o ERE foi de maneira improvisada das demandas acadêmicas (HODGES *et al*, 2020). Muitas instituições fizeram adaptações para o acontecimento do ensino virtual, mas de forma não planejada, desconsiderando aspectos importantes quanto a realidade de alunos e professores, como também os aspectos pedagógicos e tecnológicos envolvidos.

Com a necessidade de recursos específicos, como a posse de aparelhos eletrônicos, como computador, *tablet*, celular e conexão à internet, para poder ter acesso a nova sala de aula, diversas instituições podem ter excluídos diversos alunos e, também, terem falhado em instituir políticas para a promoção de recursos tecnológicos aos alunos e capacitação aos professores para o planejamento e a viabilização, em condições mínimas para o desenvolvimento e a implementação das demandas virtuais com qualidade.

A velocidade da mudança para a adequação de moldes virtuais do ensino, fez com que muitos dos docentes não tivessem o conhecimento mínimo para se adequar aos novos requisitos para a construção das novas salas de aula, resultando numa minimização da efetividade das práticas pedagógicas e metodológicas, por não existir o domínio e o conhecimento das melhores formas para atuar dentro da realidade digital.

Com o reduzido período de tempo para implantação de um sistema remoto de ensino, com a falta de infraestrutura, recursos financeiros, suporte, capacitação de profissionais, condições de acesso, tanto dos profissionais quanto dos discentes e um projeto pedagógico adequado ao novo modelo de ensino, resulta num ensino mal estruturado.

É preciso buscar a democratização da educação onde todas as pessoas possam ter acesso ao mesmo nível educacional, realidade muito distante quando vista a postura negligente por parte dos governantes, demonstrando total desinteresse quanto à busca pela minimização desse fosso de desigualdade social, com a criação de restrições orçamentárias educacionais e tomadas de decisões que beneficiam as elites, deixando ainda mais claro o abismo existente.

Apesar de normativas criadas por conta da epidemia da gripe suína, em 2009, estas não foram suficientes para a criação de um plano de contingência, rápido e eficaz, diante de

um novo processo de calamidade de saúde pública. Com a necessidade de migração dos moldes de ensino evidenciou a desigualdade social vivida pela população brasileira.

A transição dos meios presenciais para o digital aconteceu de forma emergencial, sem o preparo prévio de todos os que foram e está inserida dentro da nova realidade educacional, a fase da escolha é algo muito importante para que não exista o comprometimento da qualidade da educação nos moldes que foram exigidos para esta fase de mudanças.

A formação de professores deve contribuir para a preparação de diversas situações, como o ajuste às condições e estratégias de ensino para o ambiente digital, formas de promover a participação dos alunos, o gerenciamento dos sistemas digital e os softwares utilizados, e conseguir determinar o que fazer quando ocorrerem certos problemas de tecnologia (SUN; CHEN, 2016).

Uma fase muito importante, porém, não uniforme em todo o país, para a transição do ensino presencial para o não presencial foi a escolha da plataforma a ser trabalhada somada com o domínio do docente para a sua utilização, pois foi preciso aprender a gravar vídeos, utilizar plataformas para a realização de videoconferências e a domínio de plataformas de aprendizagem, onde será avaliada a construção do conhecimento dos alunos.

Mais do que a transferência das práticas presenciais, é urgente desenvolver modelos virtuais de aprendizagem que abracem processos de desconstrução das tendências tradicionais do ensino e promovam ambientes de aprendizagem colaborativa e construtivista em plataformas selecionadas, com o emprego das velhas/novas Tecnologias Digitais de Informação e da Comunicação (TDICs), integrando aspectos como flexibilidade, compartilhamento, facilidade de comunicação, projetos de desenvolvimento coletivo e individual, visualização da trajetória individual de cada um.

Um dos maiores desafios impostos para o setor da educação é se reinventar e buscar alternativas para superar todos os impasses e que só será possível medir a eficácia e real impacto na vida dos atores num futuro pós-pandêmico. A incorporação de formas de aprendizagem ativa pode ser utilizada como guia para orientar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais.

Considerando que a estratégia adotada neste momento especial mostra que a tendência do modelo de ensino online, que apresenta crescimento, as TDICs podem surgir no processo de formação educacional e no trabalho dos professores, podendo continuar no período pós-pandêmico (RODRIGUES, *et al.*, 2020). A inserção das tecnologias no dia a dia, principalmente das novas gerações, resulta na necessidade de uma mudança nos moldes adotados pelas escolas e na educação como um todo, fazendo com seja mais flexível, digital, ativa e diversificada.

Não diferente dos modelos presenciais de ensino, o ensino virtual exige um planejamento cuidadoso juntamente com o sistema de gestão e a equipe multiprofissional que auxiliam no desenvolvimento do trabalho, que possa oferecer orientações e suporte adequado para a realização do trabalho. Existem diversos métodos de aprendizagem, sejam individuais ou coletivas, que questionam a efetividade dos planejamentos pedagógicos rígidos das instituições educacionais.

Apesar da necessidade de todas as necessidades surgidas num período de incertezas, não houve a criação de políticas públicas para o estruturamento concreto do ERE, além das medidas paliativas, que dessem suporte à conectividade e acesso à internet, com também o acesso à computadores e tablets, tanto por parte dos professores quanto, e principalmente, dos alunos. No caso das IFs, foi criada uma política de suporte para a aquisição de equipamentos, mas chegou muito tempo depois, o que prejudicou de fato a concretização de um efetivo ERE.

A educação é um ato político e direito assegurado pela Constituição Brasileira Federal de 1988. Apesar disto, o posicionamento do Presidente da República em relação aos

alunos com renda baixa não condiz com as disposições da CF, já que é vetado o acesso à internet para os alunos dessa classe social, o que expõe o cenário de sensível do acesso à educação e que faz perdurar o processo de destruição da educação instaurado pelo atual governo.

Com a permissibilidade do ensino em Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem, os estudantes podem definir o melhor momento para dedicar aos estudos, escolhendo horário e local, além do ritmo do aprendizado, para atender as demandas programadas e uma mediação dos conhecimentos e o desenvolvimento da autoaprendizagem. Contudo, as relações humanas não podem ser desconsideradas, mas reinventadas por meio das TDICs, diante do cenário que é preciso se distanciar fisicamente.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das rápidas transformações exigidas para a continuidade ao acesso à educação por profissionais e alunos. Diante das dificuldades vividas durante a realização da pesquisa, por se tratar de um período pandêmico, buscando dar celeridade no contato com o público-alvo e também na obtenção de resposta, a pesquisa foi realizada integralmente de forma digital utilizando-se do *Google Forms* com uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para identificar o comportamento dos docentes em relação às dificuldades no uso de tecnologias dentro da sala de aula, utilizando como metodologia os princípios da pesquisa-ação, na qual o sujeito-pesquisador participa diretamente das reflexões em torno do trabalho e, sempre que necessário, propõe alterações visando sua melhoria.

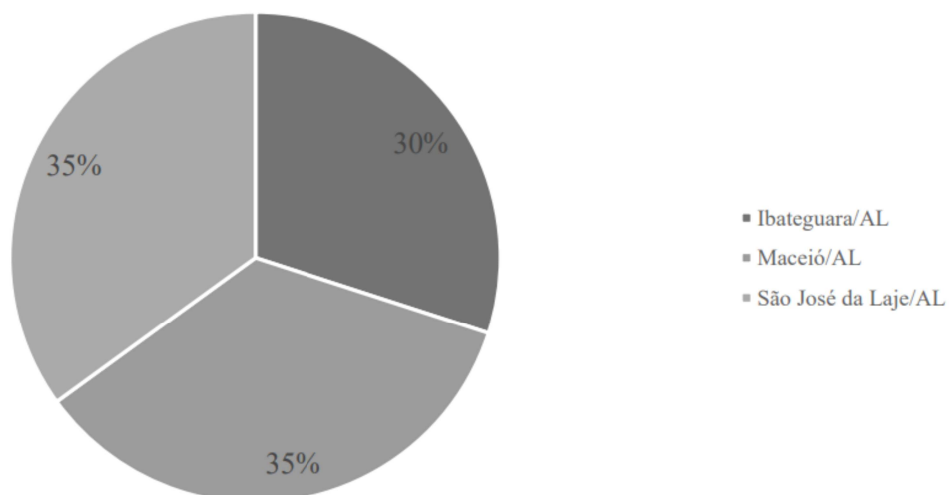
O educador brasileiro de renome mundial, por conta de seu trabalho se tornar um símbolo do movimento progressistas da educação, Paulo Freire (2004) afirma que para a existência de um processo educacional se faz necessário à realização de encontros, é preciso que aconteça a troca que existe apenas durante a socialização dos envolvidos. Com a atual realidade de saúde vivida no país, a dinâmica do ensino presencial, que era construído com a relação desenvolvida entre os profissionais da educação (direção, professores, secretários) com os discentes, dentro da escola, precisou ser substituída por um novo modelo, onde não existe a interação física entre os mesmos.

A ideia da criação de ERE foi de modelo transitório e emergencial, por isso ele possui limitações de natureza pedagógicas, o que altera a dinâmica nas relações de ensino-aprendizagem. A redução da interação, que se limita ao contato virtual, o aumento do consumo de videoaulas gravadas, que são os momentos assíncronos, reduzindo os momentos de diálogos, a delegação de atividades, exigindo uma autonomia de aprendizagem pelos discentes nos moldes de ensino EaD, onde muitos, tanto profissionais quanto os aprendizes, não estão acostumados com essa realidade.

A partir do tratamento dos dados obtidos com a aplicação do questionário virtual, foi possível sondar os conhecimentos quanto ao uso de tecnologias e sobre a percepção de sua importância pelo público-alvo, partindo de hipóteses como: a integração dos espaços de ensino, a ausência da leitura corporal dos alunos e o entendimento do trabalho remoto.

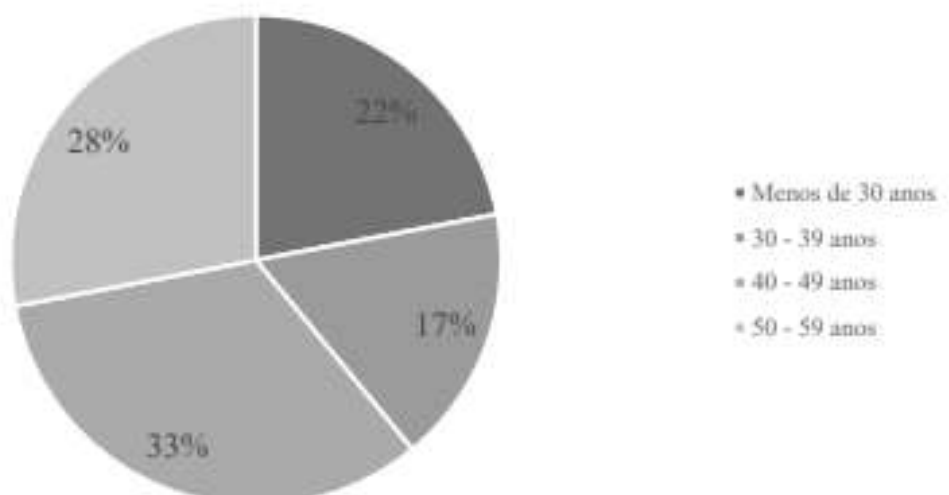
O questionário desenvolvido foi respondido por 17 professores (ver gráfico 1) atuantes em escolas públicas e privadas no estado de Alagoas que ofertam a Educação Profissional e Tecnológica, com diversas faixas etárias (ver gráfico 2), principalmente entre a faixa dos 40 aos 49 anos (33%), com a titulação de graduado, especialista e doutor (ver gráfico 3).

Gráfico 1 – Cidade de atuação dos professores



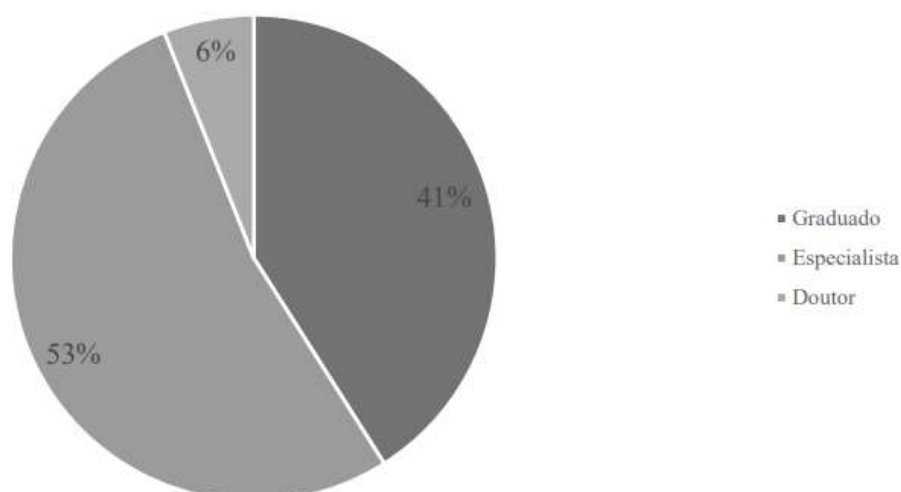
Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2021)

Gráfico 2 – Faixa etária dos professores



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2021)

Gráfico 3 – Titulação dos professores

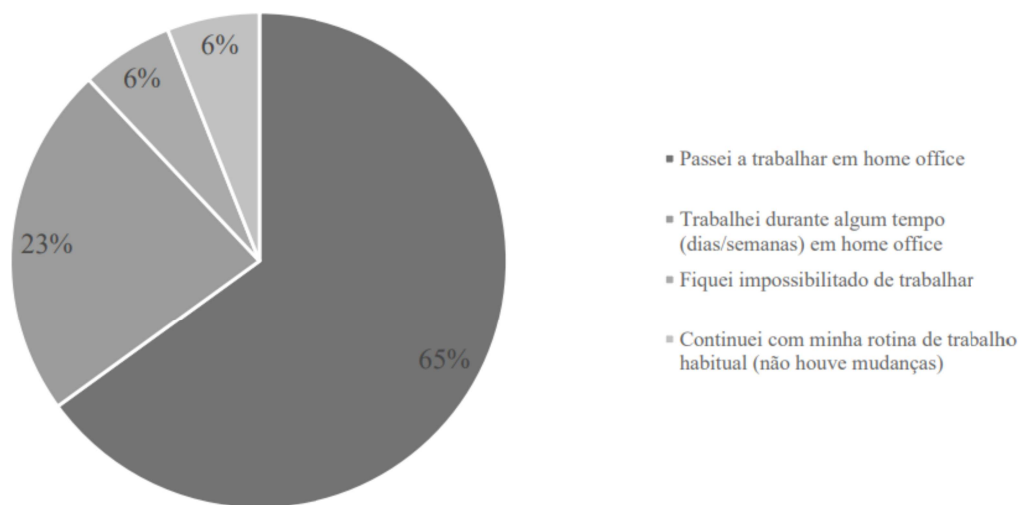


Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2021)

Com a implantação das medidas de isolamento social relacionadas à Pandemia COVID-19, foi-se questionado quanto às mudanças na rotina de ensino e, apesar do fechamento das unidades escolares, alguns profissionais não tiveram alterações significativas em sua rotina.

A adaptação para o trabalho em *home office*, além da adaptação dos moldes pedagógicos, ainda impõe a criação de uma nova rotina onde as atividades laborais adentram o ambiente familiar, quando não se possui ambiente dedicado pra a realização das atividades profissionais, dificulta a separação dos ambientes de casa e de trabalho (ver gráfico 4). A falta da delimitação do ambiente para trabalhar, transforma a casa inteira em ambiente de trabalho, ocasionando também o aumento da carga horária diária e chegando a atingir dias que normalmente seriam destinados ao descanso.

Gráfico 4 – Alteração na rotina

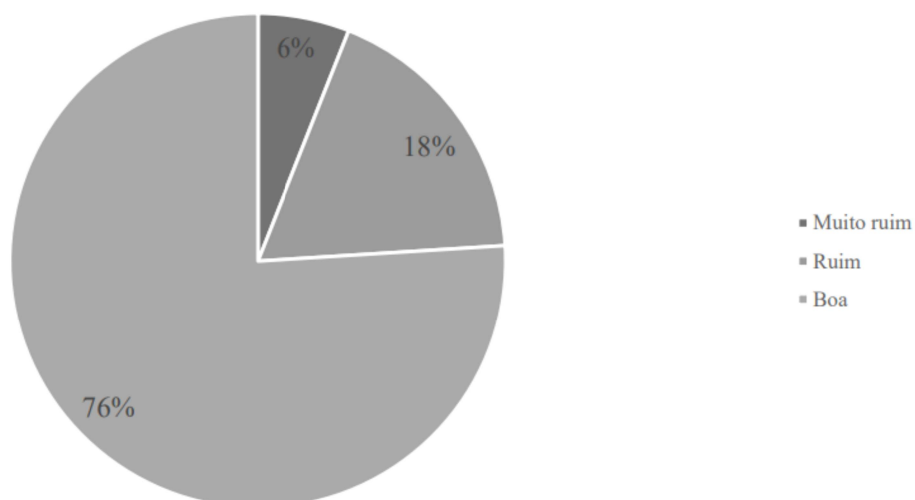


Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2021)

A dinâmica de compartilhamento de ambientes, para os entrevistados que dividem o espaço domiciliar, exige a mudança da rotina de toda família, por precisarem revezar a ocupação dos mesmos, além de precisar administrar as demandas do cuidado com a casa e filhos, para os que são pais.

Quanto a forma de acesso, dos 17 professores pesquisados, 12 deles utilizam internet por banda larga com WiFi, representando 70% da amostragem, superando as formas de acesso via 3G ou 4G com limitação de tráfego de dados (12%), internet por banda larga cabeada (12%) e internet via rádio (6%). Sobre a qualidade da conexão, majoritariamente a resposta foi de boa qualidade, apesar de alguns considerarem ruim ou muito ruim o acesso de internet que possui (ver gráfico 5).

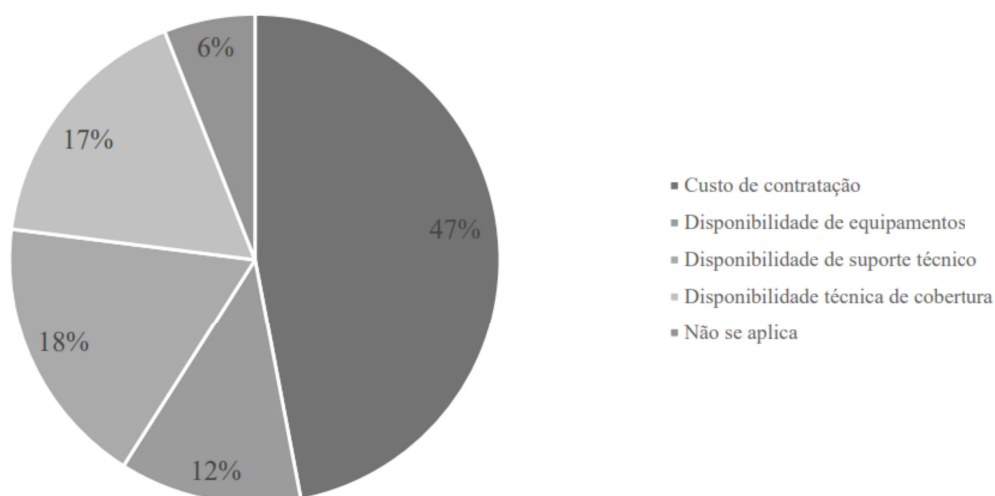
Gráfico 5 – Qualidade da conexão à internet



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2021)

Quanto à melhoria da possibilidade ou da qualidade ao acesso à internet, nota-se que existe um custo elevado de contratação comprometendo a melhoria do sinal, como também, uma limitação técnica de cobertura e equipamentos (ver gráfico 6).

Gráfico 6 – Problemas para melhorar a qualidade de conexão



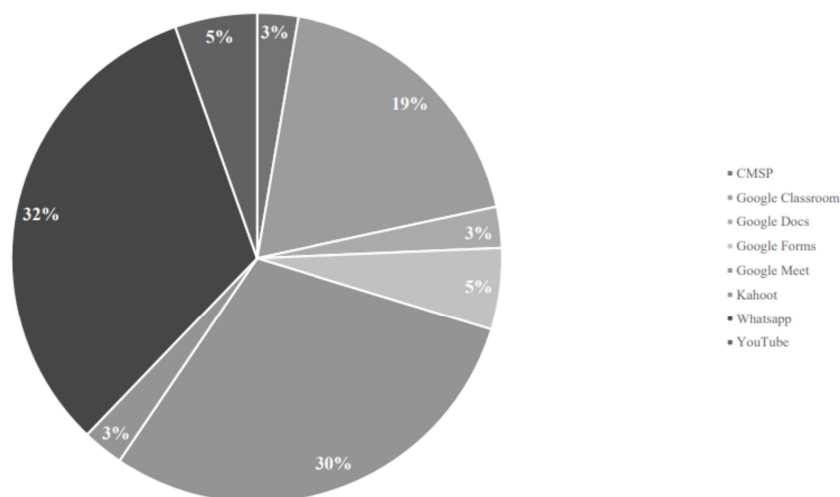
Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2021)

No que tange, em um processo de autoavaliação quanto das habilidades na utilização de ferramentas digitais por esses profissionais, 10 (dez) considerando que possuem boas habilidades (59%), mas 23% consideram suas habilidades ruins. Foram oferecidos suporte técnico para, apenas, 6 profissionais, sendo equivalente a 35% dos entrevistados e, dos que tiveram acesso a suporte técnico, 1 não fez uso do mesmo.

Em relação às dificuldades enfrentadas durante a migração do ensino, questionamos quanto às dificuldades técnicas, pedagógicas e ao uso das ferramentas digitais, 47% (8 professores), 41% (7 professores) e 47% (8 professores) tiveram alguma dificuldade no manuseio e migração das práticas para essa nova realidade.

A escolha da plataforma<sup>3</sup> para a realização das aulas parte muito importante para o processo de ensino, foram utilizados, principalmente, os recursos tecnológicos fornecidos pelo Google, como o *Meet*<sup>4</sup> e o *Classroom*<sup>5</sup>, além do uso do uso do *Whatsapp*<sup>6</sup>, do *Facebook Inc.*, sendo os mais utilizados o *WhatsApp* e o *Google Meet*, por 12 e 11 professores, respectivamente.

Gráfico 7 – Utilização de plataformas



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2021)

Uma alternativa para se criar aulas dinâmicas para atrair a atenção dos alunos, criando uma dinâmica no processo de ensino-aprendizagem, é a utilização de metodologias ativas que podem proporcionar discussões entre alunos, favorecendo a autonomia, problematização, aprendizagem colaborativa e interação entre os alunos, provendo o efetivo processo de construção do conhecimento.

Independentemente da falta de domínio, operacionalidade e aplicabilidade frente a condição material e digital dos alunos e também dos professores, os quais passaram meses à deriva, sem qualquer tipo de auxílio, suporte técnico, e tendo que improvisar um novo programa pedagógico dentro de suas realidades, onde muitos tinham o acesso mínimo, fazendo uso apenas do *Whatsapp*, ou nenhum acesso.

É preciso que os professores (re)signifiquem e (re)aprendam a gerir ativamente os vários espaços e funções de diversas plataformas, e integrá-los de forma aberta, criativa e inovadora para afim de atender as demandas do calendário pedagógico.

Para que possa acontecer a mudança e atualização dos docentes, ressalta-se a importância da formação continuada, normatizada pela Resolução CNE/CP n° 01/2020, que dispõe sobre as diretrizes voltadas para a formação continuada de professores que atuam na educação básica, o que engloba também as modalidades educacionais, como por exemplo, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Apesar de ser destinada a educação e englobar a EPT, eles negligenciam as especificidades desta modalidade de ensino e a formação do professorado para atender aos sujeitos deste grupo, não criando artigos para atender suas características particulares.

<sup>3</sup>Por opção, alguns professores optaram por usar mais de uma plataforma tecnológica para o acontecimento das aulas.

<sup>4</sup>Plataforma para realização de videochamadas.

<sup>5</sup>Plataforma para armazenamento de atividades, informes, prazos e videochamadas gravadas.

<sup>6</sup>Aplicativo de troca de mensagens de texto, áudio e vídeo.

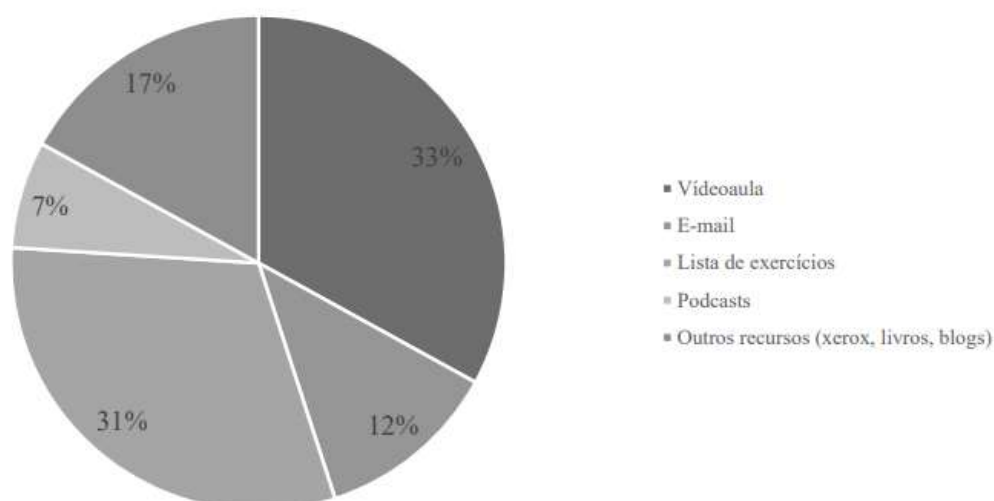
Segundo Saviani (2009), a preocupação pedagógica para a formação de professores não tem alcançado um nível satisfatório, ao longo dos anos, apesar das mudanças, não foi possível estabelecer um modelo mínimo de formação de professores consistente para lidar com os problemas da educação escolar em nosso país.

A formação continuada de professores é a base para a melhoria da prática docente. As características desta formação devem se concentrar no conhecimento do conteúdo de ensino, no uso de metodologias ativas e no trabalho colaborativo.

A formação continuada deve buscar esclarecer o trabalho dos professores em uma sociedade democrática, justa e igualitária, onde a escola desempenha um papel importante, ajudando a formar alunos críticos para que possam integrar às atividades produtivas.

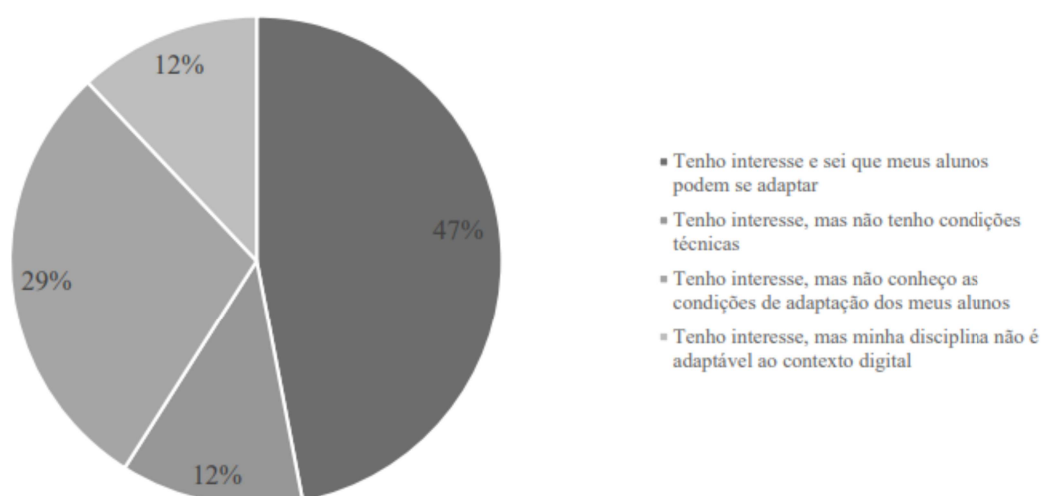
A formação continuada deve ser direcionada aos conhecimentos pedagógicos e não apenas às áreas do conhecimento. Assim como para a escolha das plataformas, foram utilizados diversos recursos e mídias (ver gráfico 8), como a utilização de videoaulas, lista de exercícios, blogs, fotocópias.

Gráfico 8 - Recursos para a realização das aulas



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2021)

Gráfico 9 - Continuidade da utilização das ferramentas digitais



Fonte: Elaborado pelos autores, baseados nos dados da pesquisa (2021).

Analisando o cenário futuro quanto à permanência das ferramentas digitais no processo de ensino-aprendizagem, todos compartilham da ideia que não tem como regredir nesses aspectos, mas 53% deles apresentam dificuldades quanto às condições técnicas, de adaptação dos alunos ou quanto à virtualização da disciplina por ela não ser adaptável ao contexto digital (ver gráfico 9).

Como Gallo (2008), o importante, neste momento, não é “nem vencer o caos nem fugir dele, mas conviver com ele e dele tirar possibilidades criativas”. É um momento para que os professores usem sua criatividade e coragem para nessa nova estrutura de ensino, busquem encontrar estratégias que sejam menos entediantes e dolorosas, para ambas as partes, buscando atuar de forma positiva.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A criação de um novo modelo de ensino, de forma rápida e emergencial, para buscar reduzir os impactos educacionais que elevasse ainda mais a desigualdade existente no território brasileiro, acentuado pelo descaso quanto à criação ou operacionalização de políticas públicas que visem diminuir esses níveis pelo Governo Federal, fez com que todo o processo para uma implantação planejada não acontecesse.

A implementação do ERE sem a criação de políticas públicas para dar o suporte e condições básicas de acesso dificultou o saber fazer docente, em um momento de inúmeras mudanças do(s) espaço(s) e tempo do ensino-aprendizagem. Em consequência, das mudanças abruptas, sem qualquer estrutura e planejamento ampliou alguns problemas estruturais da educação.

Apesar de normativas regulamentadas em 2009, concebidas pela epidemia da gripe suína, serviu de base para o atendimento das novas necessidades instituídas pelo cenário da Pandemia COVID-19. A emergência vivida pelo sistema educacional do país ocasionou a implantação de um sistema remoto de ensino vulnerável quanto à estrutura, suporte, capacitação dos professores e acesso para todos os usuários.

Com as múltiplas realidades vividas pelos brasileiros, mostra que a organização de ensino é excludente e agrava a qualidade das escolas públicas e com a pandemia a desigualdade destoa ainda mais. Apesar de todas as limitações do ERE, mesmo que as aulas acontecessem num cenário ideal: a qualidade de conexão, estrutura residencial adequada e a construção de um material diversificado e bem raciocinado, o ensino não seria o mesmo, porque faltaria o diálogo, as atividades integrativas e colaborativas e as interações entre os indivíduos.

O alunado, sem a maturidade e prática para um ensino mais flexível, entraram e saíram sem a instrumentalização, oportunidades de acesso à internet e ganho no que tange a alfabetização digital. As aulas presenciais estão retornando e não se está sendo discutindo os desafios, os avanços e as dificuldades pós-ERE. Então, o questionamento que podemos fazer é: as necessidades e carências vividas durante esse período de pandemia, em quanto tempo vai refletir no ensino futuro? Serão criadas políticas públicas capazes de amenizar danos educacionais e que tenham características para minimizar danos em situações futuras?

Independentemente de todas as falhas e o processo de domínio dos professores acompanharem o processo de ensino, sem a realização de capacitações prévias de forma planejada e progressiva, existe um cenário de otimismo e reconhecimento quanto à importância das TDICs no processo de ensino-aprendizagem vivido pelo ambiente escolar.

Além de tudo o que foi discutido, é preciso destacar o papel do professor, que mesmo frente a todas as adversidades, continuou desempenhando sua função social de educador.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. M.; SILVA, F. C. da. **Tecnologias de Informação e Comunicação: as influências das novas tecnologias perante a sociedade.** Seminário Nacional O Professor e a Leitura do Jornal. 4º, 2008. Disponível em: [https://alb.org.br/arquivo-morto/anais-jornal/jornal4/comunicacoesPDF/62\\_tecnologiasFABIANO.pdf](https://alb.org.br/arquivo-morto/anais-jornal/jornal4/comunicacoesPDF/62_tecnologiasFABIANO.pdf). Acesso em: 30 set. 2021
- BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação.** In: BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. (orgs.). Porto Alegre: Penso, 2015, p. 47-65.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, sessão 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange.civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange.civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais). Acesso em: 02 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselhos Estaduais de Educação. Parecer CNE/CEB n. 19/2009, de 2 de setembro de 2009. **Consulta sobre a reorganização dos calendários escolares.** Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, p. 52, 13 out. 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb019\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb019_09.pdf). Acesso em: 02 ago. 2021.
- BRASIL. Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. **Regulamento o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm). Acesso em: 31 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.** Diário Oficial da União, ed. 53, seção 1, Brasília, DF, p. 39, 18 mar. 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 02 ago. 2021
- BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 544, de 16 de junho de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.** Diário Oficial da União, ed. 114, seção 1, Brasília, DF, p. 62, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 01 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 1.030, de 01 de dezembro de 2020. **Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga**

**horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19.** Diário Oficial da União, ed. 230, seção 1, Brasília, DF, p. 55, 02 dez. 2020. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.030-de-1-de-dezembro-de-2020-291532789>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Medida Provisória n. 934, de 01 de abril de 2020. **Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do Ensino Superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Diário Oficial da União, ed. 63-A, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 01 abr. 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 02 ago. 2021

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).** Diário Oficial da União, ed. 208, seção 1, Brasília, DF, p. 103, 29 out. 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/resolucao-cne-cp-no-1-de-27-de-outubro-de-2020/>. Acesso em: 05 out. 2021.

FEDERAL, Senado et al. **Constituição da república federativa do Brasil. 1998.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 31 jul. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GALLO, S. **Deleuze e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUSSO, H. L. et al. **Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária.** Educação & Sociedade, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pBY83877ZkLxLM84gtk4r3f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2021.

HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. **The difference between emergency remote teaching and online learning.** Educause Review, Washington, 27 mar. 2020. Disponível em: [http://www.cetla.howard.edu/workshops/docs/The%20Difference%20Between%20Emergency%20Remote%20Teaching%20and%20Online%20Learning%20%20EDUCAUSE%20\(2\).pdf](http://www.cetla.howard.edu/workshops/docs/The%20Difference%20Between%20Emergency%20Remote%20Teaching%20and%20Online%20Learning%20%20EDUCAUSE%20(2).pdf). Acesso em: 02 ago. 2021.

MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus. **Revista Thema**, v. 18, p. 136-155, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1837/1542>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MORAN, J. M. **Novos caminhos de ensino a distância.** Informe CEAD -Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, out-dezembro de 1994, páginas 1-3. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 31 jul. 2021.

RODRIGUES, L. G. et al. **Educação à Distância, ensino remoto e as novas tecnologias de informação e comunicação educacionais em um cenário de pré e pós pandemia.**

Research, Society and Development, v. 9, n. 11, p. e51191110168-e51191110168, 2020.

Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10168/9049>. Acesso em: 29 jul. 2021.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e técnicos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** [online], vol. 14, n. 40, p. 143-155, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2021.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação - o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém/PA, vol. 10, p. 01-25, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463/858>. Acesso em: 05 out. 2021.

SILVA, A. R. da; ALMEIDA, G. M. M. de. **Currículo da educação profissional e tecnológica em tempos de pandemia da covid-19: dilemas e oportunidades.** [S.l.: s.n.] [2020]. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Georgia-De-Almeida/publication/349496479\\_CURRICULO\\_DA\\_EDUCACAO\\_PROFISSIONAL\\_E\\_TECNOLOGICA\\_EM\\_TEMPOS\\_DE\\_PANDEMIA\\_DA\\_COVID-19\\_DILEMAS\\_E\\_OPORTUNIDADES/links/6033a62b299bf1cc26e0ed48/CURRICULO-DA-EDUCACAO-PROFISSIONAL-E-TECNOLOGICA-EM-TEMPOS-DE-PANDEMIA-DA-COVID-19-DILEMAS-E-OPORTUNIDADES.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Georgia-De-Almeida/publication/349496479_CURRICULO_DA_EDUCACAO_PROFISSIONAL_E_TECNOLOGICA_EM_TEMPOS_DE_PANDEMIA_DA_COVID-19_DILEMAS_E_OPORTUNIDADES/links/6033a62b299bf1cc26e0ed48/CURRICULO-DA-EDUCACAO-PROFISSIONAL-E-TECNOLOGICA-EM-TEMPOS-DE-PANDEMIA-DA-COVID-19-DILEMAS-E-OPORTUNIDADES.pdf). Acesso em: 12 set. 2021.

UNESCO. *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation.* **COVID-19 Educational disruption and response.** Paris: Unesco, 04 Ago. Disponível em: <http://www.iiep.unesco.org/en/covid-19-policy-brief-un-secretary-general-warns-education-catastrophe-13475>. Acesso em 31 jul. 2021.

## APÊNDICES

Cartilha informativa: Do Ensino Presencial a abruptidão do Ensino Remoto Emergencial no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.



**DO ENSINO PRESENCIAL A ABRUPTIDÃO DO ENSINO REMOTO  
EMERGENCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**



## Expediente Técnico

Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Reitor: Carlos Guedes de Lacerda

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Eunice  
Palmeira da Silva

Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação  
Profissional

Coordenador: Walker Araújo Ataíde

Orientação: Ricardo Santos de Almeida

Projeto Gráfico e Produção: Aline Nataly Balbino Oliveira da Silva



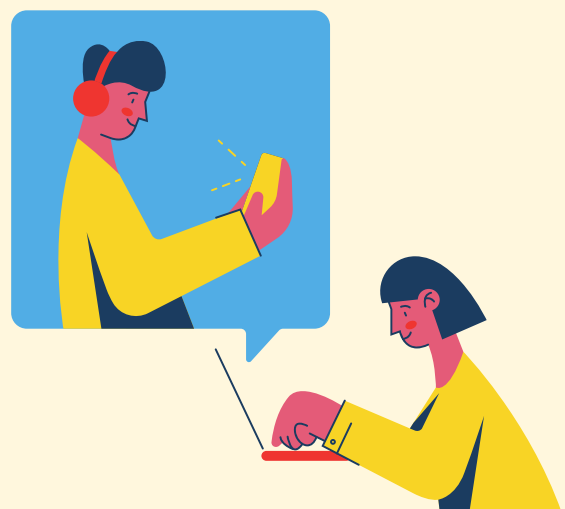
## APRESENTAÇÃO

O curso da história nos mostra a existência de muitas mudanças em nossa sociedade, algumas com um movimento mais gradual e outras que ocorreram repentinamente.

Atualmente, estamos passando por uma mudança abrupta, o que não nos tem permitido nos preparar para uma mudança em nossos hábitos e costumes. Situação que pode gerar ansiedade para muitas pessoas, à qual os indivíduos podem reagir de diferentes maneiras.

Algumas pessoas reagem sem demonstrar explicitamente, sem tomar uma decisão, que ficam paralisadas. Outras pessoas com ansiedade reagem de forma proativa, realizam suas tarefas e iniciam outras ações. O fato é que pode atingir todos nós.

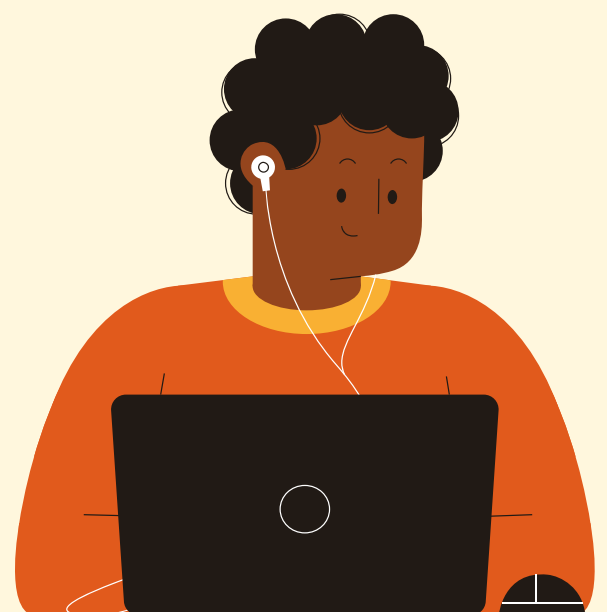
As atividades remotas nunca substituirão o calor humano das reuniões face a face, porém, em nossa realidade atual, esta será a única maneira de fazermos nosso trabalho.





## Sumário

Justificativa	4
Definindo Termos	5
Legislação pertinentes ao Ensino Remoto Emergencial	7
Ensino Remoto Emergencial - ERE	8
Aplicativos para a Realização de Atividades	10
Considerações	11
Referências	12





## Justificativa

A necessidade do fechamento dos ambientes educacionais, como forma de minimizar a proliferação do vírus COVID-19, responsável pela instauração do cenário pandêmico mundial e a necessidade uma alteração rápida e emergencial visando minimizar impactos na realidade do ensino, exigiu uma mudança repentina nos padrões de aprendizagem, transferindo metodologias e práticas pedagógicas características do ensino presencial para a realização das atividades educacionais no ensino remoto, almejando a mitigação de danos aos profissionais, alunos, familiares e sociedade em geral.

Buscamos na cartilha auxiliar docentes a percorrem esse período de adaptação das modalidades de ensino, que possui limitações de natureza pedagógicas e que alteram a dinâmica nas relações ensino-aprendizagem.





## Definindo Termos

### Ensino Remoto Emergencial - ERE

Apesar da sua utilização como modelo de ensino, não é regulamentado nas escrituras da literatura educacional, uma vez que, ele foi criado como alternativa para manutenção do processo ensino-aprendizagem dentro da realidade do período pandêmico da COVID-19. Combina elementos da EaD, com a virtualização das salas de aulas, mas mantém o encontro síncrono respeitando horários pré-definido para a realização desses momentos como acontece no ensino presencial.

### Ensino à Distância - EaD

O professor José Manuel Moran (2012), define EaD como o processo de ensino, intercedido por computadores, no qual professores e estudantes estão fisicamente separados, mas interligados por tecnologias de comunicação e informação (TIC).

### Ensino Híbrido

Admite a combinação das interações de ensino dentro e fora do espaço físico escolar, possibilitando a realização do ensino nos modelos presenciais e a distância, utilizando a tecnologia como grande aliada





## Definindo Termos

### Portaria

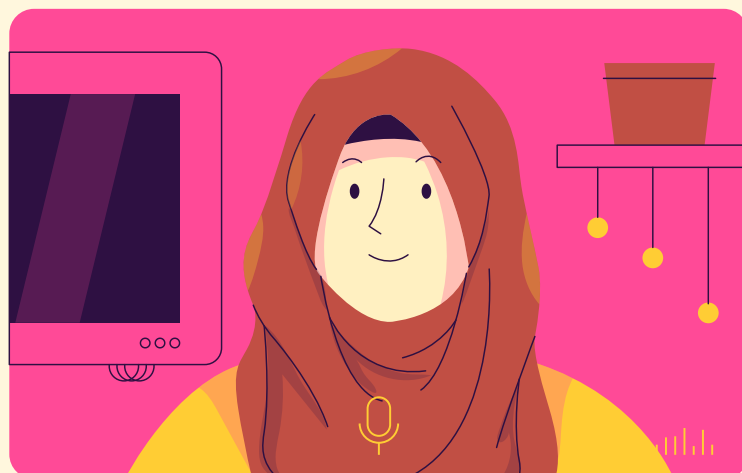
É um ato administrativo ordinário que tem como finalidade disciplinar o funcionamento da Administração Pública. São criadas para regulamentar a prática de uma lei, da Constituição Federal, decreto, regulamento ou outro ato normativo superior.

### Medida provisória

São normas editadas pelo Presidente de República em situações de relevância e urgência.

### Resolução

É um ato legislativo de efeito interno, que possui características políticas, processuais, legislativas ou administrativas. Não está sujeito à promulgação e nem ao controle preventivo da constitucionalidade. Não pode descumprir regulamentos e regimentos internos, apenas explicá-los.



# Legislação pertinentes ao Ensino Remoto Emergencial

## PORTARIA Nº 343, DE 17/03/2020

Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Corona vírus - COVID-19.

## PORTARIA Nº 544/2020, DE 16/06/2020

Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo corona vírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.

## PORTARIA Nº 1.030/2020, DE 01/12/2020

Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo corona vírus - Covid-19.



# Legislação pertinentes ao Ensino Remoto Emergencial

## PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020

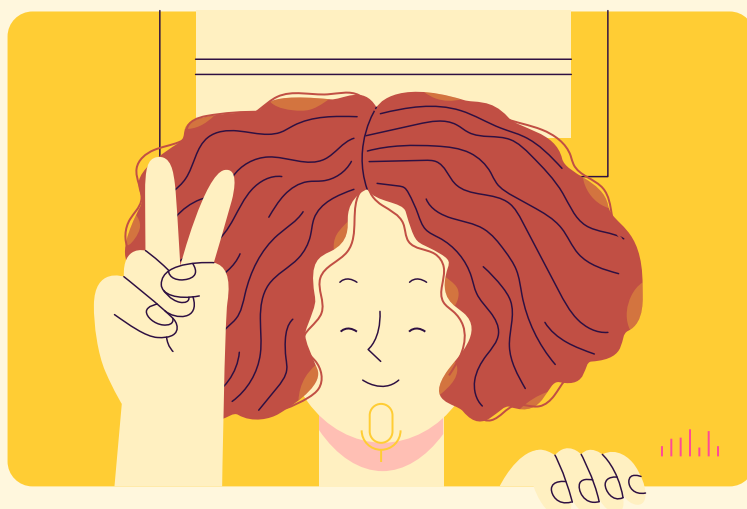
Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934, DE 1º DE ABRIL DE 2020

Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

## RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020

Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).





## Ensino Remoto Emergencial - ERE

Diante das necessidades surgidas no momento pandêmico e para o atendimento das demandas a curto ou médio prazo, medidas excepcionais, como a criação desta modalidade de ensino foi criada, como Saviani (2020) afirma:



"O advento da pandemia do Corona vírus provocou a necessidade de isolamento social com a recomendação da permanência em casa. Em consequência, no início do período foram fechados e as aulas suspensas. Surgiu, então, a proposta do “ensino remoto” vem sendo usada como alternativa a Educação à Distância, pois a EaD já tem existência regulamentada coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta oferecida regularmente. Então, o “ensino remoto” é posto como substituto do ensino presencial excepcionalmente nesse período da pandemia em que a educação presencial se encontra interdita.” (SAVIANI, 2020)

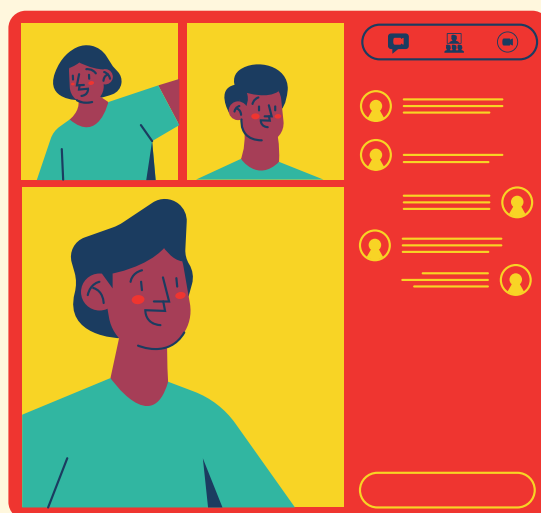
A ideia da criação de ERE foi de modelo transitório e emergencial, por isso ele possui limitações de natureza pedagógicas, o que altera a dinâmica nas relações de ensino-aprendizagem.

A redução da interação, que se limita ao contato virtual, o aumento do consumo de videoaulas gravadas, que são os momentos assíncronos, reduzindo os momentos de diálogos, a delegação de atividades, exigindo uma autonomia de aprendizagem pelos discentes nos moldes de ensino EaD, onde muitos, tanto profissionais quanto os aprendizes, não estão acostumados com essa realidade.

## Ensino Remoto Emergencial - ERE

A ideia da criação de ERE foi de modelo transitório e emergencial, por isso ele possui limitações de natureza pedagógicas, o que altera a dinâmica nas relações de ensino-aprendizagem.

A redução da interação, que se limita ao contato virtual, o aumento do consumo de videoaulas gravadas, que são os momentos assíncronos, reduzindo os momentos de diálogos, a delegação de atividades, exigindo uma autonomia de aprendizagem pelos discentes nos moldes de ensino EaD, onde muitos, tanto profissionais quanto os aprendizes, não estão acostumados com essa realidade.



Uma alternativa para se criar aulas dinâmicas para atrair a atenção dos alunos, criando uma dinâmica no processo de ensino-aprendizagem, é a utilização de metodologias ativas que podem proporcionar discussões entre alunos, favorecendo a autonomia, problematização, aprendizagem colaborativa e interação entre os alunos, provendo o efetivo processo de construção do conhecimento.

É preciso que os professores (re)signifiquem e (re)aprendam a gerir ativamente os vários espaços e funções de diversas plataformas, e integrá-los de forma aberta, criativa e inovadora para afim de atender as demandas do calendário pedagógico.

# Aplicativos para a Realização de Atividades



## Google Meet

Reúne conversa, conteúdo e aplicativos, simplificam o fluxo de trabalho, criam ambientes personalizados para a aprendizagem.



## Google Hangouts

Plataforma de comunicação com capacidade para enviar mensagens instantâneas, chat de vídeo, SMS e VoIP (chamadas telefônica por internet).



## Google Classroom

Espaço para publicação de atividade, tirar dúvidas em tempo real e dar notas pela atividade. Todos podem comunicar-se e receber notificações quando novos conteúdos são inseridos na sala de aula.



## WhatsApp

Possibilita o envio e recebimento de diversos arquivos de mídia: textos, fotos, vídeos, documentos e localização, além de chamadas de voz



## Considerações



A criação de um novo modelo de ensino, de forma rápida e emergencial, para buscar reduzir os impactos educacionais que elevasse ainda mais a desigualdade existente no território brasileiro, acentuado pelo descaso quanto a criação de políticas públicas que visam diminuir esses níveis pelo Governo Federal, fez com que todo o processo para uma implantação planejada não acontecesse.

Com as múltiplas realidades vividas pelos brasileiros, mostra que a organização de ensino é excludente e agrava a qualidade das escolas públicas e com a pandemia a desigualdade destoa ainda mais.

Apesar de todas as limitações do ERE, mesmo que as aulas acontecessem num cenário ideal: a qualidade de conexão, estrutura residencial adequada e a construção de um material diversificado e bem raciocinado, o ensino não seria o mesmo, porque faltaria o diálogo, as atividades integrativas e colaborativas e as interações entre os indivíduos.

Independentemente de todas as falhas e o processo de domínio dos professores acompanhar o processo de ensino, sem a realização de capacitações prévias de forma planejada e progressiva, existe um cenário de otimismo e reconhecimento quanto a importância das TICs no processo de ensino-aprendizagem vivido pelo ambiente escolar.



## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.** Diário Oficial da União, ed. 53, seção 1, Brasília, DF, p. 39, 18 mar. 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 02 ago. 2021

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Medida Provisória n. 934, de 01 de abril de 2020. **Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do Ensino Superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Diário Oficial da União, ed. 63-A, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 01 abr. 2020d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 02 ago. 2021

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n° 1, de 27 de outubro de 2020. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).** Diário Oficial da União, ed. 208, seção 1, Brasília, DF, p. 103, 29 out. 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/resolucao-cne-cp-no-1-de-27-de-outubro-de-2020/>. Acesso em: 05 out. 2021.



## Referências

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação - o desmonte da educação nacional. *Revista Exitus*, Santarém/PA, vol. 10, 2020.

